

O “RETORNO DO REALISMO”? IDENTIDADE, NACIONALISMO E CONTROVÉRSIAS HISTORIOGRÁFICAS NAS RELAÇÕES ENTRE UCRÂNIA E RÚSSIA¹

Daniel Edler Duarte²

Marcelo M. Valença³

RESUMO

Apesar da recorrência de discursos nacionalistas e da vasta literatura acerca do papel das identidades na política externa, o conflito entre Rússia e Ucrânia foi acompanhado pela aparente revitalização do instrumental teórico realista. Nessa perspectiva, ao ignorar o equilíbrio de poder e dilemas de segurança, liberais e construtivistas teriam não só perdido capacidade explicativa, mas seriam ainda responsáveis por produzir diretrizes políticas que estariam entre as causas imediatas dos conflitos. Neste artigo, argumentamos que identidades ainda guardam implicações relevantes tanto nas estratégias da Rússia para o “exterior próximo” quanto da Ucrânia em sua “política externa multivetorial”. Através da análise das controvérsias historiográficas acerca dos povos da região e do exame da instrumentalização da memória coletiva em discursos das elites políticas, argumentamos que a dinâmica recente de conflitos na região não está descolada das narrativas de assimilação e alteridade entre russos e ucranianos. Considerando que narrativas históricas são fiadoras de práticas de segurança e parte constituinte das reivindicações políticas do presente, argumentamos que a literatura sobre disputas geopolíticas no antigo espaço soviético não pode prescindir de sua análise.

Palavras-chave: Identidade; Política externa; Controvérsias historiográficas; Nacionalismo; Ucrânia

1 O argumento original deste artigo foi inicialmente desenvolvido no trabalho “Identidade, Política Externa e os Discursos sobre História na Ucrânia”, apresentado no 3o Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais em julho de 2011. Considerando o distanciamento temporal e os eventos geopolíticos acontecidos desde então, além da natural evolução do debate teórico, este artigo consiste em uma versão significativamente ampliada, atualizada e aprofundada da comunicação ora apresentada.

2 Pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP), São Paulo - SP, Brasil. Email: edlerduarte@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0000-0002-0138-2982>

3 Professor de política internacional na Escola de Guerra Naval (EGN), Rio de Janeiro - RJ, Brasil. Email: marcelo.valenca@marinha.mil.br ORCID <https://orcid.org/0000-0002-4930-9805>

1. INTRODUÇÃO

Ao anunciar o reconhecimento da independência de Donbas, primeiro passo de uma invasão em larga escala da Ucrânia, o presidente russo Vladimir Putin (2022) afirmou que o país vizinho nunca teve “stable traditions of real statehood” e que era parte da “history, culture and spiritual space” da Rússia.⁴ Putin questionou ainda o direito à soberania ucraniana apontando que sua existência não decorre da construção de uma nação historicamente autônoma, mas seria fruto de erros estratégicos de antigos líderes soviéticos que reuniram arbitrariamente territórios de outras repúblicas, incluindo a própria Rússia. Este erro teria se consolidado com o fim da URSS e a constituição de um Estado “artificial” que passou a “mindlessly emulat[e] foreign models” (PUTIN, 2022).

Nesse contexto, a defesa da Ucrânia não passou apenas pela reação militar, mas também pela contestação da narrativa histórica que sustenta a política externa russa para o “exterior próximo” (ROTARU, 2018). Para culpar a Rússia por uma injusta agressão e reforçar o direito à autodeterminação, o governo de Kiev e seus aliados ocidentais acusaram Putin de “revisonismo” e lembraram dos diversos símbolos da nacionalidade ucraniana, incluindo suas raízes históricas em Kievan Rus – um conjunto de principados formado no século IX e que deu origem a ucranianos, russos e bielorrussos – e os movimentos de resistência que chegaram a conquistar a independência do país em 1918 (LEONE, 2022; CHOTINER, 2022a). A guerra de 2022 é, portanto, o mais recente capítulo de disputas geopolíticas que se nutrem de controvérsias historiográficas sobre os povos da região.

A formação do Estado ucraniano a partir de 1991 foi marcada pelo esforço institucional de construção de uma identidade autônoma. Esse processo passou pela produção de novos livros didáticos de história, incluindo a promoção de heróis anti-russos (i.e., Ivan Mazepa, líder de uma revolta de camponeses cossacos contra a Rússia em 1709), leis rígidas sobre o ensino da língua, favorecendo o ucraniano em detrimento do russo, e a construção de símbolos nacionais que remontam à herança europeia, como cores da bandeira, hino e brasão (JANMAAT, 2005; KUZIO, 2005, 2006). No

4 A longo do texto, optamos por manter citações diretas a discursos no original em inglês ou na tradução oficial para o inglês (com a sinalização das devidas fontes). Entendemos que a tradução para a língua portuguesa, apesar de facilitar a compreensão dos(as) leitores(as), poderia resultar em ambiguidades, imprecisões ou ruídos na interpretação acerca dos discursos mobilizados pelas lideranças ucranianas e russas, o que traria prejuízos para o artigo. Já as referências ao debate teórico foram traduzidas pelos autores para o português.

entanto, Putin aponta que o nacionalismo ucraniano, que tem na Rússia a figura de uma “ameaça ontológica” (MITZEN, 2006), é, em grande medida, produto de falsificação historiográfica fabricada a partir de potências estrangeiras. Estas supostamente incentivam uma elite ocidentalizada e corrupta e armam grupos radicais de cunho neonazista de modo a sufocar um projeto de nação plurinacional, promover hostilidade étnica e romper os laços políticos e culturais de ucranianos com os demais povos eslavos. Segundo Putin (2021):

the most despicable thing is that the Russians in Ukraine are being forced not only to deny their roots, generations of their ancestors but also to believe that Russia is their enemy. It would not be an exaggeration to say that the path of forced assimilation, the formation of an ethnically pure Ukrainian state, aggressive towards Russia, is comparable in its consequences to the use of weapons of mass destruction against us... true sovereignty of Ukraine is possible only in partnership with Russia. Our spiritual, human and civilizational ties formed for centuries and have their origins in the same sources, they have been hardened by common trials, achievements and victories. Our kinship has been transmitted from generation to generation. It is in the hearts and the memory of people living in modern Russia and Ukraine, in the blood ties that unite millions of our families. Together we have always been and will be many times stronger and more successful. For we are one people.

Apesar da recorrência de discursos nacionalistas e da vasta literatura acerca do papel das identidades nas relações entre Ucrânia e Rússia (WILLIAMS & NEUMANN, 2000; HOPF, 2002; KUZIO, 2020), a eclosão da guerra foi acompanhada pela aparente revitalização do realismo e de seu instrumental teórico voltado para o equilíbrio de poder, dilemas de segurança, cálculos previsíveis de atores racionais e dinâmicas

estruturantes do sistema internacional (WALT, 2022a).⁵ Nessa perspectiva, liberais e construtivistas teriam não só perdido capacidade explicativa, mas seriam ainda responsáveis por produzir diretrizes de política externa no Ocidente que estariam entre as causas imediatas da guerra (CHOTINER, 2022b; WALT, 2022b). Como Stefano Guzzini (2012) já havia constatado, após um período de aparente torpor teórico, a geopolítica parece ter retornado para o centro do debate sobre segurança na Europa.

Neste artigo, não buscamos propriamente negar as explicações realistas para a guerra – Drezner (2022), Gunitsky (2022), Nye Jr. (2022) e outros já engajaram nesse debate –, mas apresentamos uma dimensão do conflito com graves implicações tanto nas estratégias da Rússia para o “exterior próximo” quanto da Ucrânia em sua “política externa multivetorial” (MIELNICZUK, 2004) que tem sido negligenciada por teóricos realistas. Nosso objetivo é analisar o papel da produção de narrativas históricas e da instrumentalização da memória coletiva na raiz dos conflitos. Segundo Guzzini (2012, p. 46), o retorno da geopolítica está ligado a uma “ansiedade ontológica” em países cujo espaço e coordenadas políticas são questionados, a exemplo das ex-repúblicas soviéticas. Nesse contexto, a reorganização das estruturas ideacionais e interpretativas que moldam o imaginário de política externa das elites locais passa pela (re) construção de identidades nacionais alicerçadas na lógica espacial (física e cultural) do pensamento geopolítico. Deste modo, demonstramos como controvérsias historiográficas acerca dos territórios e povos da região são fiadoras de práticas de segurança e parte constituinte das reivindicações políticas do presente.

O artigo está dividido em quatro partes, além desta introdução. Na primeira, abordamos a forma pela qual o conceito de identidade tem sido mobilizado pelas literaturas de análise de política externa e segurança internacional. Em diálogo com pesquisas recentes acerca dos condicionantes de política externa na Ucrânia e na Rússia, argumentamos que identidades coletivas são elemento central para a definição dos interesses nacionais e para o enquadramento das relações conflituosas

5 O realismo não é um conjunto coeso de proposições teóricas e postulados de política externa, mas um campo bastante diverso de análise. Desde o pós-guerra, inúmeros autores apresentaram revisões e aperfeiçoamentos das abordagens realistas, enfatizando o papel da liderança política, os constrangimentos do sistema internacional, os condicionantes da natureza humana para a busca por sobrevivência e mesmo a relevância de fatores domésticos na definição das preferências de política externa. Apesar disso, nos referirmos ao realismo no singular pois tratamos aqui de um fenômeno mais amplo: as alegações acerca do retorno do campo como um todo para o centro da reflexão teórica nas Relações Internacionais.

entre os países. Na segunda parte, apresentamos um quadro amplo das controvérsias historiográficas vigentes na região e, na seção seguinte, traçamos os paralelos destas controvérsias com a política de gabinete e os conflitos contemporâneos, demonstrando que identidades são (re)construídas e (re)significadas por meio de discursos e práticas políticas das elites que disputam o poder. Por fim, argumentamos que os condicionantes materiais mais imediatos do conflito entre Rússia e Ucrânia não estão descolados do processo de construção de identidade e, especificamente, das narrativas de assimilação e alteridade entre os povos eslavos.

2. IDENTIDADE, INTERESSES E POLÍTICA EXTERNA

Em 2014, no contexto da anexação da Crimeia, John Mearsheimer (2014) publicou um artigo na *Foreign Affairs* em que atribuiu aos Estados Unidos e seus aliados no Ocidente a responsabilidade pelas causas mais profundas do conflito entre Rússia e Ucrânia. Ao oferecer a possibilidade de ingresso da Ucrânia na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e na União Europeia, “liberais” de Washington e Bruxelas teriam ignorado fatores geopolíticos centrais, como zonas de influência e o equilíbrio de poder, o que despertou na Rússia uma resposta militar para a manutenção de sua soberania e capacidade de projeção internacional. A explicação de Mearsheimer passa por dois pontos centrais do pensamento realista: o dilema de segurança e a tragédia da política das grandes potências. Enquanto a Ucrânia toma medidas para aumentar sua segurança buscando o guarda-chuva militar da OTAN, a Rússia percebe essa movimentação como uma ameaça, pois permitiria a construção de bases militares próximas a sua fronteira. Ou seja, o dilema de segurança prende os países em uma dinâmica de conflito em que a busca por mais segurança apenas os torna menos seguros. Mearsheimer (2014) afirma que esse curso de eventos era previsível, mas que a elite liberal não deu ouvidos aos avisos de Putin e dos pesquisadores realistas:

Elites nos Estados Unidos e na Europa foram pegas de surpresa pelos eventos porque subscrevem uma visão falha de política internacional. Elas tendem a acreditar que a lógica do realismo tem pouca relevância no século XXI e que a Europa pode ser mantida

livre e unida na base dos princípios liberais, do Estado de Direito, interdependência econômica e democracia...Realpolitik permanece relevante – e países que a ignoram o fazem por sua conta e risco.

Henry Kissinger (2014) compartilhou das preocupações de Mearsheimer. Segundo ele, a proposta de entrada da Ucrânia na OTAN precisaria ser retirada de pauta e o país deveria adotar uma postura semelhante à da Finlândia, pois assim “não deixaria dúvidas sobre sua independência e cooperaria com o Ocidente na maioria dos temas, enquanto evitaria cuidadosamente uma hostilidade institucional com a Rússia”. Além disso, outras tentativas de explicar o conflito a partir das capacidades cognitivas de Putin e de processos burocráticos de tomada de decisão apontariam para a direção errada, uma vez que tirariam o peso das dinâmicas de poder na região. Em suas palavras, “a demonização de Putin não é uma política, mas um álibi para a ausência de estratégia”.

Observando diferentes interpretações acerca do conflito, Stephen Walt (2022a) afirma que a guerra iniciada em 2022 é um lembrete de que o realismo ainda guarda enorme força explicativa acerca do comportamento dos Estados. Ao focar nas capacidades materiais que sustentam o poder militar e não nos constrangimentos normativos, na interdependência econômica ou nos condicionantes identitários, realistas ofereceriam análises acuradas do conflito, enquanto os demais se restringiriam a denunciar a imoralidade ou suposta irracionalidade da invasão russa. Segundo Walt (2022a), a guerra:

Nos lembra que grandes potências por vezes agem de modo terrível e tolo quando acreditam que seus interesses de segurança estão em jogo. Essa lição não justifica tal comportamento, mas realistas reconhecem que a condenação moral sozinha não previne tais ações. Demonstração mais convincente da relevância do hard power – especialmente o poder militar – é difícil de imaginar.

Os argumentos de Kissinger e Mearsheimer, mas também de Kennan (1997), Mandelbaum (1995), Gaddis (1998) e outros, foram recuperados em 2022 como exemplos de análises precisas sobre a dinâmica conflituosa entre Rússia e Ucrânia (i.e., Smith, 2022). Além disso, tais argumentos foram apresentados como diretrizes normativas para uma política externa capaz de apaziguar os interesses russos, mesmo que em detrimento de certa autonomia da Ucrânia. Em outras palavras, para os críticos das ações supostamente imprudentes dos EUA e da UE na região, uma política externa realista e uma análise racional da geopolítica local teriam evitado a guerra (WALT, 2022b).

Não obstante os condicionantes geopolíticos do conflito, referências à identidade coletiva e ao nacionalismo aparecem a todo momento. Os pronunciamentos de Putin (2021) acerca da racionalidade e da moralidade da invasão mencionam a expansão da OTAN e a crescente ameaça à segurança russa, mas também dão conta da história comum dos países e da perversão da elite ucraniana que promove um sentimento russofóbico em populações irmanadas:

the Ukrainian authorities... began by building their statehood on the negation of everything that united us, trying to distort the mentality and historical memory of millions of people, of entire generations living in Ukraine. It is not surprising that Ukrainian society was faced with the rise of far-right nationalism, which rapidly developed into aggressive Russophobia and neo-Nazism.

Do mesmo modo, respondendo ao pronunciamento de Putin e se dirigindo ao povo russo para pedir que este abordasse de forma crítica as justificativas de seu governo para a guerra, Volodymyr Zelensky (2022), presidente ucraniano, reafirmou as diferenças identitárias e o direito à autodeterminação:

You are told that this flame will bring freedom to the people of Ukraine. But the people of Ukraine are already free.... You are told that we hate Russian culture. But how can a culture be

hated?... Neighbors are always enriching each other culturally. Yet, that does not make them one entity... We are different, but that is not a reason to be enemies. We want to build our own history... This is our land. This is our history... We are talking about peace, and about principles, justice. About everyone's right to define their own future.

Apesar da recorrência dessa narrativa, o instrumental teórico realista se mostra avesso a incorporar o debate sobre identidades e, fundamentalmente, negligencia sua importância para a compreensão das ações dos Estados no sistema internacional. Como afirma Mearsheimer (2014): “a triste verdade é que, quando a política das grandes potências está em jogo, o poder faz o direito. Direitos abstratos como autodeterminação perdem o sentido quando Estados poderosos entram em disputa com Estados mais fracos”.

De fato, os estudos de política externa, em suas vertentes mais tradicionais, não consideram aspectos ideacionais e discursivos em suas análises. Em que pesem as nuances teóricas, o argumento realista analisa dinâmicas de paz e guerra a partir de premissas como maximização dos interesses, a lógica do ator racional e a conjunção entre bases materiais e oportunidades percebidas no plano internacional (WALTZ, 1979). Assim, por mais que seja capaz de explicar parte dos condicionantes dos conflitos no antigo espaço soviético, o impacto da linguagem e a formação de identidades e de preferências são temas subexplorados. Para entendermos a forma como discursos e identidades interferem nos jogos de poder é necessário trazer parte do instrumental construtivista.⁶

6 Assim como o Realismo, o Construtivismo não consiste em uma abordagem singular. Inclusive, há autores que se posicionam quanto à distinção entre o uso do construtivismo como método e como lente teórica (ONUF, 1998). Há pressupostos que unem as leituras construtivistas (KLOTCH ; LYNCH, 2007), como, p. ex., a co-constituição entre agente e estrutura. Debatermos as peculiaridades do construtivismo em outros espaços (VALENÇA; DUARTE, 2023). Neste artigo, porém, não nos interessa adentrar as minúcias do debate construtivista, mas refletir sobre a sua abertura à análises que considerem o papel do nacionalismo e de narrativas históricas na formação de preferências de política externa. Sobre o debate construtivista e sua pluralidade, McCourt (2022) e Steele et al (2019).

2.1. Identidades e narrativas históricas na formação dos interesses nacionais

Abordagens realistas, em geral, observam a distribuição de poder e a estrutura do sistema internacional para entender as relações entre os atores (WALTZ, 1979), de modo que fatores ideacionais restam como elementos menos relevantes no processo de formulação da política externa (KUBÁLKOVÁ, 2001). Ainda, o pressuposto de que Estados são atores racionais com interesses pré-sociais (i.e., autopreservação), reduz o esforço analítico em torno da caracterização de como os Estados sabem o que querem. É justamente esta lacuna que abordagens construtivistas no campo da segurança internacional e das análises de política externa buscam preencher, visto que “muito da política internacional gira em torno de definir, e não defender, interesses nacionais” (FINNEMORE, 1996, p. ix).

Exemplo dessa abordagem pode ser encontrado no trabalho de Alexander Wendt (1999). Wendt explora a construção de interesses nacionais a partir de processos de interação em um ambiente social amplo. O autor pressupõe uma realidade objetiva (os atributos materiais do Estado e seu desejo último por sobrevivência) anterior ao discurso, mas avança duas hipóteses: “as estruturas de associação humana são determinadas primordialmente por ideias compartilhadas, não por forças materiais; [e] identidades e interesses dos atores não são dados pela natureza, mas decorrem de construções a partir de ideias compartilhadas” (WENDT, 1999, p. 1). Ou seja, as bases materiais do Estado só são relevantes – só vão definir padrões de interação – a partir do momento que os atores constroem conhecimento sobre elas.

De acordo com Wendt, o centro da análise não está, portanto, na avaliação de custo-benefício das alternativas de política externa, mas na constituição das identidades e nos constrangimentos gerados pelas diferentes narrativas acerca da alteridade no plano internacional.⁷ Deste

7 Wendt aponta ainda que as preferências de um Estado (o que ele quer fazer dada a forma como se vê em relação aos demais) são tributárias de “identidades corporativas”, ou produções duradouras que unem infraestrutura material (ordem institucional, território, meios coercitivos) e narrativas sobre características compartilhadas por um povo (valores, experiências, língua, memória). Nesse sentido, a sobrevivência do Estado pressupõe a capacidade de reprodução da identidade, o que define alguns interesses permanentes de política externa como autonomia, integridade e bem-estar econômico (WENDT, 1999, p. 233). Além disso, a identidade corporativa oferece as bases para a identidade social, que se estrutura a partir da forma como o Eu se enxerga na perspectiva do Outro. Assim, o interesse

modo, para entendermos a natureza das relações entre os países e, em última análise, o padrão que guia o sistema – seja por meio de uma ótica hobbesiana ou de promessas de um mundo mais colaborativo (WENDT, 1992) –, precisamos compreender primeiro os elementos que compõem a identidade nacional.

Nesse contexto, história nacional e memória coletiva são armas retóricas que criam condições de possibilidade e legitimam diferentes práticas políticas. Segundo Friedman (1992, p. 207), “a política da identidade consiste em ancorar o presente em um passado viável. O passado é, portanto, construído de acordo com as condições e desejos daqueles que produzem textos históricos no presente”. Não é à toa que Putin frequentemente enfatiza a raiz comum dos povos eslavos e ressalta que a inclinação europeísta (em contraposição à eurásiana) de alguns líderes ucranianos decorre da influência de potências estrangeiras e grupos neonazistas. Nesse caso, a estratégia de estereotipar o outro a partir de análises históricas opera tanto no sentido de eliminar diferenças para justificar políticas de assimilação, quanto no reforço da hostilidade em relação a determinados grupos. Por outro lado, também não é por acaso que o nacionalismo ucraniano se constituiu, primeiro no século XIX e, depois, a partir da independência, através da diferenciação em relação à Rússia e da percepção de que os períodos de união se deram por conquistas imperialistas e não por alianças entre povos irmanados e livres (WILSON, 1995, 2000; KUZIO, 2001; PLOKHY, 2014). Como lembrava a campanha de Viktor Yushchenko, primeiro presidente após a Revolução Laranja, a vocação de autonomia tem origem em uma história altiva da qual os ucranianos deveriam se orgulhar: “Reflita ucraniano! Você é sucessor da princesa Olha, de Volodymyr, o Grande, e Yaroslav, o Sábio, que são iguais aos apóstolos. A história requer de você confiança e fé na Ucrânia” (KUZIO, 2005, p. 1).

Há ao menos três décadas a literatura acerca das relações políticas no antigo espaço soviético enfatiza que a historiografia dos povos eslavos tem papel importante nas reivindicações de autodeterminação e soberania sobre os territórios em disputa (WANNER, 1995; WILSON, 1995; JANMAAT, 2005, 2007; KUZIO, 2001, 2002, 2006). Além disso, como

nacional é construído por meio de duas dinâmicas discursivas: enquanto a identidade corporativa proporciona ordem interna ao Estado e o sentimento de pertencimento a um grupo, a identidade social é dialógica, o que permite inferir padrões de cooperação ou ameaça nas relações exteriores.

vimos em 2014 e novamente em 2022, agressões mútuas são justificadas a partir de leituras antagônicas do passado, que ora retratam os ucranianos como um subgrupo da nação russa, ora ressaltam a violência da repressão imperialista do Estado russo (e soviético) sobre as demais nações eslavas (KUZIO, 2020, 2022).

Sendo um Estado de constituição recente, a história da nação ucraniana foi, principalmente ao longo dos séculos XIX e XX, contada por pesquisadores russos e ocidentais, sendo também instrumentalizada por estes para legitimar objetivos políticos que nem sempre contemplavam a especificidade dos ucranianos (KUZIO, 2020). Do mesmo modo, reivindicações de independência passaram pela produção de novas narrativas sobre o passado, o que deu protagonismo político para historiadores locais. É sintomático que o movimento de independência que obteve sucesso parcial em 1918 tenha sido liderado por um historiador nacionalista, Mykhailo Hrushevskyi, cujo trabalho advogava pela divulgação de uma abordagem histórica que permitisse aos ucranianos contar sua “versão dos fatos” (WILSON, 2000). Após 1991, a emancipação e manutenção da autonomia ucraniana passaram pelo incentivo a uma nova historiografia, o que torna o Estado e a elite política propriamente sujeitos da história, não apenas objetos desta.

Em resumo, padrões de rivalidade ou cooperação são determinados pelo processo dialógico de construção da identidade, e não apenas pela avaliação da distribuição de poder no sistema internacional (CAMPBELL, 1992; PRIZEL, 1998). As análises de Mearsheimer (2014), Kissinger (2014) e Walt (2022a) ao explicar o conflito como uma reação de Moscou à expansão da OTAN apresentam duas limitações centrais. A primeira é que ignoram uma lição já tradicional do campo da geopolítica: “a política externa de um país nem sempre está de acordo com o que estrangeiros acreditam ser seus interesses de longo prazo” (DIJKINK, 1996, p. 95). Mas leituras realistas também falham ao não observar como narrativas acerca da identidade de um povo ressoam no plano doméstico, abrindo trajetórias de ação antes por demais custosas para a elite política (LIGHT, 1996).

Deste modo, análises dos condicionantes territoriais e militares que apontam para estratégias revanchistas ou expansionistas da Rússia negligenciam a forma pela qual os interesses nacionais e prioridades políticas são mediados pela própria interpretação de eventos históricos e pela percepção de ameaças externas, sendo por si só insuficientes na compreensão da geopolítica na região (ROBERTS, 2017). Se, por um lado, a

narrativa de Putin é moldada tanto por uma retórica difusa acerca dos laços históricos da Rússia com países vizinhos, quanto pelas vulnerabilidades geradas pela expansão da OTAN e da UE (ROBERTS, 2017), por outro, os discursos do líder russo acerca da negação e assimilação da nacionalidade ucraniana contribuem com a percepção de insegurança e definem prioridades e objetivos de política externa em Kiev (KUZIO, 2022).

3. LEITURAS DO PASSADO QUE ORIENTAM A POLÍTICA DO PRESENTE

Há vasta literatura sobre as controvérsias historiográficas acerca da constituição da identidade ucraniana (WANNER, 1995; WILSON, 1995, 2000; LIGHT, 2003; JANMAAT, 2005, 2007; KURILLA, 2010; KUZIO, 2001, 2002, 2005, 2006, 2020). Guardadas algumas particularidades, essa literatura reconhece quatro grandes narrativas sobre o passado da Ucrânia. São elas (i) “Russófila” ou da “Rússia Imperial”, (ii) “Sovietófila”, (iii) “Eslava oriental” e (iv) “Ucranófila”. Segundo Kuzio (2006), estas narrativas têm certo grau de institucionalização (se articulam em redes de pesquisa, estão concentradas em alguns departamentos e são patrocinadas por diferentes fontes), o que permite chamá-las de “escolas historiográficas” marcadas pela reprodução de determinado grupo de ideias e interpretações em diferentes períodos e regiões geográficas.

Algumas das principais diferenças entre estas escolas consistem em suas percepções acerca do status de Kievan Rus e seu legado para os povos da região. Este é um ponto fundamental, pois três das principais nações que hoje ocupam este espaço – ucraniana, russa e bielorrussa – têm nesta comunidade política o seu “mito fundador” (PLOKHY, 2014). Ainda hoje, há enorme debate sobre o que realmente foi Kievan Rus. Enquanto alguns historiadores afirmam que se tratava de um proto-império com organização política centralizada e coesa, cuja influência colaborou, inclusive, para a decadência do Império Bizantino, outros ignoram qualquer organização mais complexa, afirmando que não passava da união de diversas tribos para fins de defesa contra inimigos em comum (WILSON, 2000). Contribui para este desentendimento a falta de achados arqueológicos sobre o período. Durante grande parte dos séculos XIX e XX, o império russo e depois do governo soviético, aplicaram uma política de “russificação” que censurou visões dissidentes sobre o passado. Havendo uma história oficial, não era necessário o investimento em pesquisas

de campo. Conseqüentemente, existem poucos vestígios confiáveis do surgimento e eclosão de Kievan Rus (KUZIO, 2020).

Outro importante marco, cujo significado histórico suscita controvérsias, é o Tratado de Pereyaslav, celebrado em 1654 entre o czar Alexis e o Hetmanato cossaco. Alguns pesquisadores afirmam que este tratado celebrou a reunião de povos que haviam sido separados após as invasões mongóis no século XIII. Outros defendem a visão de que o tratado foi uma união provisória entre as comunidades políticas cossacas e os russos visando a segurança coletiva contra o reino da Polônia, mas que se tornou o ponto de partida de uma conquista imperialista após a anexação dos territórios à Rússia no final do século XVIII (WILSON, 2000).

De fato, após o estabelecimento do Tratado, os ucranianos só foram independentes novamente por um breve período após a Primeira Guerra Mundial. Esta é, portanto, uma discussão com significado político bastante importante e que, como vimos, costuma ser acionada por Putin para justificar sua política para o “exterior próximo”. Em sua interpretação, pelo tratado “the Russian state decided to support their brothers in faith and take them under patronage... [Embaixadores de Moscou] visited dozens of cities, including Kiev, whose populations swore allegiance to the Russian tsar” (PUTIN, 2021). Se o Tratado de Pereyaslav for visto como a reunião de povos que surgiram no mesmo berço, ele pode sustentar narrativas acerca do caminho “natural” de uma nação em busca de retomar os antigos laços, justificando uma política expansionista por parte da Rússia. No entanto, caso este tratado seja visto apenas como uma aliança militar articulada com um fim específico, os séculos nos quais os ucranianos foram mantidos como súditos de Moscou podem ser interpretados como um período de tirania, sendo a independência a representação da liberdade de uma nação até então sufocada (KUZIO, 2006).

3.1. Escolas Russófila e Sovietófila

A escola Russófila emergiu ainda no período dos czares, no final do século XVIII, e se manteve como a principal visão acerca da história da Ucrânia, tratada então como uma história regional da Rússia, até a queda do regime imperial. Segundo esta historiografia, ucranianos e bielorrussos só surgiram como povos autônomos após a queda de Kievan Rus, no final do século XIV, sendo algumas das tribos que buscaram proteção junto ao principado de Vladimir-Suzdal, depois o Grão-Ducado de Moscou

e, finalmente, o império russo. Desta forma, os ucranianos são vistos, desde seu surgimento, como uma “nação hesitante”, que busca união com os “irmãos” mais poderosos do Leste, o que ocorreu finalmente com o Tratado de Pereyaslav. É característica dessa escola a narrativa colonial de Vissarion Belinsky, crítico literário russo da primeira metade do século XIX, que apresenta o povo ucraniano como caudatário da história russa:

The history of Little Russia is just a tributary that flows into the grand river of Russian history. Little Russians have always been a tribe and never a nation, let alone a state... Neither the so called Hetmanate nor Zaporozhzhya had ever been a republic or state but just an odd community in the Asian manner... Such a republic could be an excellent instrument for some strong state but per se it was quite a caricatured state that could only fight and drink horilka (BELINSKY apud RIABCHUK, 2015, p. 79)

Esta escola, portanto, apresenta uma “história orgânica”, na qual as distinções entre os povos eslavos da região são subordinadas a uma vontade de união que atravessa os séculos (KUZIO, 2006). A revolução comunista proporcionou uma mudança significativa nos estudos históricos, mas esta perspectiva não sumiu por completo, reaparecendo, com algumas mudanças, no final do século XX e recuperando sua representatividade no imaginário coletivo russo durante o governo de Putin (KUZIO, 2020).

Se a Revolução de 1917 não foi rápida em institucionalizar uma nova historiografia – pelo contrário, os anos 1920 foram um período de relativo reconhecimento da nacionalidade ucraniana, embora mobilizações etno-nacionalistas fossem reprimidas (KIRYUKHIN, 2015) – a partir de 1930 e, principalmente, depois de 1945, isso mudou e o governo de Moscou passou a ditar regras restritas para a produção de pesquisas sobre o tema. Foi posta então em prática uma política de assimilação das diferentes nacionalidades que se encarregou de suprimir a elite cultural nacionalista, mas também de patrocinar a chegada de indivíduos etnicamente russos no país. Com a edição de novos livros de História, encomendados e patrocinados diretamente pelo Estado, a trajetória do povo ucraniano foi

recontada, perdendo qualquer vestígio de autonomia.⁸ Segundo Yaroslav Isayevych (apud KUZIO, 2006, p. 410), historiador ucraniano: “Na Ucrânia, o emprego da palavra ‘ucraniano’ para se referir à Kievan Rus era visto como ‘nacionalismo’ do pior tipo e um crime, enquanto a historiografia russa podia usar livremente o termo ‘Rus’ky’ como sinônimo de ‘drevnerusskaya’, de modo a criar uma identificação antiga com a Rússia”.

Surgiu, então, a escola “soviética”, cuja principal diferença em relação à anterior é justamente o espaço reconhecido para as diversas nacionalidades eslavas. Segundo esta versão, a nação ucraniana nunca se consolidou como tal e nos poucos momentos em que experimentou alguma autonomia, a usou para se aproximar da “família eslava” e se proteger dos demais povos da região (otomanos, mongóis e cristãos não-ortodoxos). Assim, esta escola avança uma narrativa que também fortalece os laços entre ucranianos, russos e bielorrussos, reduzindo a possibilidade de construção de qualquer alteridade entre eles (JANMAAT, 2007).

Atualmente esta escola é amplamente criticada por não se apoiar em evidências históricas e no livre debate, mas sim na construção estratégica a partir de instituições de pesquisas controladas pelo governo de Moscou (KUZIO, 2006). Contudo, o monopólio da narrativa – na qual a URSS era a representação final da união dos povos que habitavam a região – propiciou sua disseminação pelo território soviético, sendo a versão contada nas escolas por quase sessenta anos. É compreensível, portanto, que muitos russos ainda não entendam as motivações de políticos ucranianos para a independência nos anos 1990 ou as políticas de aproximação ao Ocidente (MOLCHANOV, 2015).

Em discursos recentes, Putin recupera teses que precedem a escola soviética e aciona alguns dos argumentos que animaram o processo de russificação dos povos eslavos orientais nos séculos XVIII e XIX. Entre os elementos centrais de sua narrativa estão o papel da igreja cristã-ortodoxa, a crítica ao acordo endossado por Lênin e Trotsky que, ao pôr fim à guerra civil que se seguiu à revolução de 1917, também reconheceu certa autonomia administrativa e cultural à república da Ucrânia, e a construção de uma memória coletiva que desconsidera grandes diferenças étnicas e identitárias entre ucranianos, russos e bielorrussos. Não por

8 Em livros deste período era comum ver passagens como a seguinte: “Eastern slav people had always possessed an eternal longing for unity. A single Rus nationality, language, and culture gave rise to the concept and feeling of unity that has been maintained by the people of our country throughout the ages” (SOLCHANYK apud KUZIO, 2006, p. 419).

acaso um monumento a Vladimir (ou Volodymyr), o grande, príncipe de Kievan Rus e responsável pela cristianização dos povos da região (por isso, São Vladimir), foi erguido em 2016 ao lado do Kremlin, celebrando uma origem comum da nação eslava. Nas palavras de Putin (2021), “The spiritual choice made by St. Vladimir... still largely determines our affinity today”. Essa leitura, tida por seus críticos como um traço de “amnésia imperialista”, é responsável pela narrativa colonialista presente na historiografia produzida em parte da Rússia e na mídia local, mas, principalmente, pela linguagem empregada na política externa do país (LARUELLE, 2014; 2017).

Apesar de sua influência na Rússia e sua recorrente instrumentalização nos discursos de Putin, as duas correntes são bastante marginalizadas fora do país. A partir dos anos 1990, ambas passaram a ser vistas como ameaças diretas à soberania nacional ucraniana, uma vez que, enquanto a tradição da Rússia imperial vê ucranianos como um subgrupo étnico, os soviéticos negam a existência de uma história política soberana e de uma identidade diversa. Assim, concluído o processo formal de independência, era necessário que a ideia de autonomia ganhasse espaço na sociedade. Mais uma vez, motivações políticas levaram a um grande esforço para recontar o passado.

3.2. Escola Ucranófila

A escola ucranófila surgiu no início do século XX com intelectuais nacionalistas do Oeste do país. Sua relevância acadêmica no período foi bastante reduzida, porém alguns destes pesquisadores conseguiram ocupar grande espaço na sociedade, sendo sua expressão máxima, a liderança do historiador Mykhailo Hrushevskyi no processo de independência de 1917. Esta escola chegou a ter aceitação nos primeiros anos do regime comunista, quando uma política de “indigenização” ainda permitia a promoção de particularidades regionais e, conseqüentemente, da identidade ucraniana. Contudo, após a década de 1930, publicações contendo esta versão sobre a história do país foram censuradas. A escola sobreviveu apenas através da diáspora ucraniana, principalmente nos Estados Unidos, mas não foi capaz de concorrer com a abordagem histórica soviética (KUZIO, 2005).

No final dos anos 1980, a nova onda de nacionalismo na Ucrânia recuperou o trabalho de intelectuais do início do século e deu novo fôlego

para os ucranófilos.⁹ Após a independência, esta escola ganhou o status de “versão oficial” da história nacional e foi promovida através de diversas políticas públicas (Janmaat, 2005). Os novos livros didáticos reiteram esta narrativa, reproduzindo a ideia de uma nação resiliente capaz de suportar séculos de tirania russa. Leonid Kuchma, presidente do país entre 1994 e 2005, chegou a afirmar que o livro de *Hrushevskyi, History of Ukraine-Rus* (uma série em dez volumes escrita entre 1895 e 1933), era “the historical Bible of the Ukrainian people” (Kuzio, 2020, p. 31) No entanto, o debate sobre a história ultrapassa os muros das escolas e influencia a vida cotidiana do país. Os feriados, símbolos nacionais, monumentos e a própria moeda remetem a uma “era de ouro”, quando Kievan Rus, visto como proto-Estado ucraniano, expandiu seu poder por um largo território, servindo de berço para diversas tribos eslavas (JANMAAT, 2005).

Academicamente, a escola ucranófila consiste na revisão dos principais postulados históricos colocados até então. Pesquisas de campo, viabilizadas a partir do financiamento estatal após 1991, levaram a descobertas de vestígios dos povos que habitavam a região há mais de dois mil anos, o que precede a formação de Kievan Rus, torna os ucranianos a primeira nação eslava e, logicamente, subverte a noção de que os russos seriam os “irmãos mais velhos” (WILSON, 1995). De fato, como afirmou o historiador e ex-ministro da educação Vasyl Kremen (apud Kuzio, 2005, p. 412): “it is illogical the ‘elder brother’ be based in Moscow, a city that only held its 800th anniversary in 1997, while Kyiv, in contrast, held its 1,500th anniversary in 1982, making it nearly twice as old as Moscow”. Algumas leituras negam ainda a raiz europeia do povo russo, apresentando-os como uma etnia proveniente da Ásia menor e resultante do encontro de invasores mongóis com tribos que habitavam a bacia do Volga (MOLCHANOV, 2015).

Indo além, esta escola afirma que com o fim de Kievan Rus o centro político da região não passou para Vladimir-Suzdal, mas sim para Galícia-Volyna, principado que ocupava territórios ao oeste da atual Ucrânia, além de regiões na Polônia e Hungria. Posteriormente, esse principado

9 Pouco antes do fim da URSS, professores ucranófilos já começavam a encontrar mais espaço para a promoção de suas ideias. No entanto, na Ucrânia visões críticas à escola soviético-fila ainda eram proibidas. Em *Ukraine: A History*, de 1988, o pesquisador ucraniano Orest Subtelny, residente no Canadá, conseguiu pela primeira vez que uma publicação sobre o assunto atingisse audiências mais amplas. Esta obra foi publicada originalmente em inglês, recebendo traduções para o ucraniano em 1991, poucos dias antes da independência, e para o russo em 1994. O livro de Subtelny se tornou leitura obrigatória no sistema educacional e nas forças armadas ucranianas (JANMAAT, 2005).

se dividiu entre a comunidade polonesa-lituana, o Hetmanato cossaco e outras comunidades menores. Assim, ao invés de estar ligada à Rússia, a nação ucraniana habitava outras regiões, onde desfrutava de bastante autonomia. Historiadores argumentam ainda que não havia interesse em Moscou acerca do legado de Kievan Rus até o século XVII, quando a narrativa imperialista precisou “inventar uma tradição” a partir de mitos de uma história milenar do povo russo (KEENAN, 1994).

Também é bastante presente nesta historiografia o resgate do Holodomor como símbolo da tragédia do imperialismo russo (Kuzio, 2020). Nesta leitura, mais do que uma crise de gestão, a fome do povo ucraniano no início dos anos 1930 configura um genocídio causado pelas formas autoritárias de coletivização da produção agrícola na região. O governo Yushchenko, por exemplo, patrocinou a construção de memoriais, abriu documentos oficiais da época e passou a buscar apoio internacional para o reconhecimento do genocídio. O próprio presidente se empenhou em divulgar o tema, fazendo visitas a escolas e criando, em 2007, o Livro Nacional da Memória que coleciona impressões sobre a época e o nome das vítimas. Um processo foi aberto para averiguar responsabilidades e o resultado saiu poucos dias antes das eleições de 2010. A corte de Kiev determinou que Stálin e ministros soviéticos eram culpados do genocídio, resultado anunciado pelo governo e celebrado por Yushchenko em meio a campanha (Gessen, 2010).¹⁰

Esta perspectiva nutre, portanto, a ideia de que a união com os russos nada tem de “natural” e se deu não por uma busca dos ucranianos, mas sim pelas conquistas imperialistas de Moscou. Destarte, a independência de 1991 seria um passo lógico, levando uma nação forte a retomar os rumos de sua própria história.

3.3. Escola dos “Eslavos orientais”

Ucranófilos têm hoje pouca influência sobre a pesquisa acadêmica realizada em departamentos de História nos EUA e na Europa, onde são, em geral, vistos como demasiadamente nacionalistas e propagandistas

10 O viés nacionalista da campanha de Yushchenko em 2010, cujo lema era “Ucrânia deve existir”, também levou a celebração de líderes que colaboraram com nazistas (inclusive com envolvimento nos esforços de identificação e execução de judeus) e lutaram contra o exército soviético durante a Segunda Guerra Mundial. Stepan Bandera da Organização dos Nacionalistas Ucranianos, e Roman Shukhevych, do Exército Insurgente Ucraniano, receberam de Yushchenko títulos póstumos de heróis nacionais (GESSEN, 2010)

(KUZIO, 2020). Ao contrário das narrativas anteriores, o que se convencionou chamar de “escola dos eslavos orientais” não encontra coesão nas análises dos fatos em si, mas por suas críticas à falta de objetividade das demais. Ao invés de reafirmar a precedência ou a subordinação dos ucranianos em relação aos russos, busca-se demonstrar a existência de diversos povos com culturas e identidades diferentes, reconhecendo a singularidade, autonomia e o espaço de cada um deles (KUZIO, 2005).

Portanto, os pesquisadores desta escola se colocam entre as interpretações dos ucranófilos e dos russófilos, apontados como promotores de “ideologias oficiais de Estado” (KIRYUKHIN, 2015, p. 61), e buscam romper com a perspectiva de que o legado de Kievan Rus foi apoderado por outras comunidades políticas. Esta escola afirma que se tratava de uma união intermitente entre diversas tribos que habitavam a região. Assim sendo, rompe com o “mito fundador” de Kievan Rus e denuncia as disputas em torno de seu legado como interferências políticas na pesquisa científica. Subjacente às interpretações desta escola, está a ideia de que seria impossível definir a existência de um “irmão mais velho”, de uma “nação hesitante”, ou mesmo de uma história única que compreenda a todos os ucranianos (WILSON, 2000).

Além de sua presença fora da Ucrânia, essa posição mais “moderada” resulta também da ligação das regiões leste e sul do país com a Rússia. A revisão historiográfica levada adiante por esta escola reflete um pouco da convivência em espaços plurinacionais. Muitos de seus representantes ganharam espaço no governo de Kuchma e o apoiaram politicamente (JANMAAT, 2005). Foi neste período que dois de seus maiores expoentes, Petro Tolochko e Stanislav Kulchytsky, conhecidos por pesquisas sobre Kievan Rus e o Holodomor, foram nomeados, respectivamente, diretores do Instituto de Arqueologia e do Instituto de História da Academia Nacional de Ciências. Ainda durante o mandato de Kuchma, em 2003, foi organizado o “Ano da Rússia” na Ucrânia, um programa de intercâmbio cultural que visava a promoção de laços artísticos, educacionais e científicos. Tal iniciativa, no entanto, foi criticada por intelectuais nacionalistas que condenaram o interesse de Kuchma em celebrar efemérides da unificação com a Rússia (PLOKHY, 2014).

4. CONTROVÉRSIAS HISTORIOGRÁFICAS, IDENTIDADE NACIONAL E POLÍTICA EXTERNA

Como vimos na primeira seção, apesar das diversas análises que dão conta das vantagens do instrumental teórico realista para o entendimento das relações entre Rússia e Ucrânia, elementos relevantes para a compreensão das causas e dos modos de justificação da guerra são negligenciados por tal abordagem. O foco em processos racionais de tomada de decisão e a ideia de que Estados se comportam puramente de acordo com constrangimentos geopolíticos e a partir de interesses materiais ignora o papel das identidades coletivas na percepção das ameaças e oportunidades dos diferentes planos de ação. Contudo, cálculos de custo-benefício e análises de risco são também informadas por variáveis acerca dos padrões sociais que estruturam interações políticas. Em outras palavras, o entendimento do curso do conflito não pode prescindir de fatores como nacionalismo e rivalidades históricas, uma vez que estes funcionam como quadros de referência que ajudam a definir valores, expectativas e prioridades, incluindo a política externa de russos e ucranianos.

Os desafios geopolíticos que levaram à eclosão da guerra em 2022 estão, em parte, ligados a forma como se enquadra e responde à questão da alteridade entre russos e ucranianos e, nesse ponto, o debate sobre as diferentes narrativas históricas é central. Enquanto Putin nega a soberania ucraniana pautado na raiz comum dos povos eslavos e aponta, por exemplo, o Tratado de Pereyaslav como um momento de reunificação, nacionalistas em Kiev argumentam que este foi o início de séculos de dominação colonial, que terminou apenas com a independência, em 1991, e a construção de um país mais próximo à Europa ocidental (MOLCHANOV, 2015). Do mesmo modo, a estratégia de legitimação do conflito por parte de Putin se escora premissa de que o nacionalismo ucraniano é fruto de falsificação histórica e é artificialmente construído de forma negativa. O ucraniano, assim, teria se tornado o anti-russo, o que traz necessariamente uma postura beligerante:

Today, the ‘right’ patriot of Ukraine is only the one who hates Russia. Moreover, the entire Ukrainian statehood, as we understand it, is proposed to be further built exclusively on this idea. Hate and anger, as world history has repeatedly proved this, are a very shaky foundation for sovereignty, fraught with many

serious risks and dire consequences (PUTIN, 2021).

Passadas três décadas da independência da Ucrânia, pode-se dizer que as escolas soviéticas e russófilas, bastante presentes nas universidades russas e no imaginário político do país, foram quase banidas do mundo acadêmico ucraniano.¹¹ O debate historiográfico atual se concentra nas críticas dos “eslavos orientais” à versão nacionalista dos ucranófilos (Kuzio, 2020). Há ainda marcas claras de influência política neste debate, o que se dá, em geral, a partir do direcionamento de editais públicos de financiamento de pesquisa, mas que, em alguns momentos, chega à censura a determinadas publicações (JANMAAT, 2007). O ex-ministro Vasyl Kremen defende esta prática afirmando que a promoção de uma literatura ucranófila é fundamental para a consolidação do Estado ucraniano e para a projeção internacional do país, uma vez que “mitos e ideologias adquirem significado relevante ao criar a base para a consolidação da nação: a formação de uma vida política e cultural” (apud KUZIO, 2005, p. 412).

Além de influenciar as relações bilaterais com Moscou, o impacto que a compreensão histórica tem na relação dos ucranianos com as minorias nacionais, incluindo aquelas que habitam as regiões separatistas de Donbas e da Crimeia, é bastante evidente. Apesar de mais de 50% da população ucraniana ter no russo sua língua materna, esta é, desde a aprovação do programa educacional de 1993, ensinada nas escolas como uma disciplina de “língua estrangeira” (WANNER, 1995). Ademais, a literatura em russo, apesar de, em muitos casos, ter sido produzida por escritores de origem ucraniana durante o passado de união, também é vista como influência externa e, logo, tem um espaço restrito nas escolas (KURILLA, 2010).

Após a Revolução Laranja, os eventos da *Euromaidan* e, fundamentalmente, a eleição de Zelensky, em 2019, a preocupação com a promoção de uma identidade nacional autônoma aumentou. O Kremlin

11 Estas ainda informam a narrativa histórica do Partido Comunista da Ucrânia, posto na ilegalidade após as leis de “descomunização” de 2015. A defesa de uma política externa eurásiana se dá com base no pan-eslavismo e no internacionalismo soviético, o que se reflete, por exemplo, na declaração de Oleksander Tkachenko, candidato comunista nas eleições de 1991: “We have a single motherland, a single fatherland – Kyiv Rus! We have common deep genetic roots – a single religious, cultural and scientific moral foundation based on our experience, spirituality and traditions” (apud KUZIO, 2006, p. 411).

acusa o ministério de cultura da Ucrânia de criar uma “lista negra” com cerca de 210 artistas russos vistos como “ameaças à segurança nacional” e de banir obras (cerca de 800 filmes e 600 publicações) que representem a mesma ameaça (RÚSSIA, 2022). Além disso, em 2021, o governo conseguiu a aprovação da lei de “povos indígenas da Ucrânia”, que inclui diversas minorias, mas exclui a população de origem russa. A lei visa a construção de um Estado plurinacional e garante a promoção de identidades regionais através de políticas de incentivo a tradições culturais, educacionais e linguísticas. Permite, inclusive, a criação de instituições educacionais autônomas, onde as minorias podem ensinar sua língua e história. A exclusão dos russos, no entanto, levantou críticas sobre a redução de seus direitos e os riscos de assimilação ou expulsão (SRIBNIAK, 2021). Para Putin (2021), a lei deve ser entendida em um contexto mais amplo de ultranacionalismo, que tem na Rússia seu principal antagonista, e de influência das potências ocidentais sobre o governo de Zelensky. Em suas palavras:

we are facing the creation of a climate of fear in Ukrainian society, aggressive rhetoric, indulging neo-Nazis and militarising the country. Along with that we are witnessing not just complete dependence but direct external control, including the supervision of the Ukrainian authorities, security services and armed forces by foreign advisers, military ‘development’ of the territory of Ukraine and deployment of NATO infrastructure. It is no coincidence that the flagrant law on ‘indigenous peoples’ was adopted under the cover of large-scale NATO exercises in Ukraine.

Ao longo de 2022, o recurso à controvérsias historiográficas ganhou escala e papel central na legitimação tanto da invasão militar russa quanto do apoio internacional à resistência ucraniana. A figura abaixo, veiculada pela embaixada dos Estados Unidos em Kiev, recupera os argumentos de Vasyl Kremem acerca da ascendência histórica de Kiev sobre Moscou, e ilustra uma das múltiplas formas pelas quais debates historiográficos e política externa estão imbricados.

Figura 1. Imagem publicada na conta de Twitter da embaixada dos Estados Unidos em Kiev no dia 22/02/2022¹²



Se preocupações tradicionais na agenda geopolítica russa, como a expansão da OTAN para seu “exterior próximo”, requerem atenção dos analistas, as bases ideacionais sobre as quais se constroem relações de alteridade e inimizade têm duas implicações mais imediatas para a guerra: por um lado, ao construírem as estruturas cognitivas sobre as quais se assentam percepções de ameaça, as identidades nacionais oferecem as condições de possibilidade para a formulação da política externa; por outro, as narrativas históricas dão os contornos das identidades coletivas e dos discursos acionados pelos governos de Moscou e Kiev (e de outros atores envolvidos no conflito) para justificarem seus planos de ação. Em outras palavras, controvérsias historiográficas e identidades nacionais estão implicadas tanto na definição dos padrões de cooperação e conflito que estão entre as causas da guerra, quanto não razões utilizadas pelas elites políticas locais para legitimar práticas violentas.

É, portanto, possível afirmar que o conflito militar que se iniciou com a anexação da Crimeia em 2014 e culminou com a invasão em larga

12 Disponível em: <https://twitter.com/USEmbassyKyiv/status/1496115593149358081> (acesso em 22 fev. 2022)

escala em fevereiro de 2022, tem como condicionante e combustível o longo processo de construção de uma alteridade entre russos e ucranianos. O nacionalismo ucraniano, exacerbado nos últimos anos, e a percepção do governo Putin de que a identidade ucraniana é uma falsificação histórica e não deve legitimar reivindicações de independência e soberania, tornam ainda mais difícil a tarefa de apaziguamento e a celebração de compromissos duradouros. Além disso, um conflito com bases geopolíticas ganha, cada vez mais, um caráter de ódio étnico, o que é um passo decisivo para a escalada da violência contra civis.

5. CONCLUSÃO

A invasão do território ucraniano em fevereiro de 2022 por forças militares russas foi seguida de um debate entre analistas de política internacional acerca das causas mais profundas do conflito (CHOTINER, 2022b; DREZNER, 2022; GUNITSKY, 2022, NYE JR., 2022; SMITH, 2022; WALT, 2022b). Tal debate, que mobilizou argumentos recorrentes das principais abordagens teóricas do campo das Relações Internacionais, ultrapassou os muros das universidades e se revelou parte importante da própria dinâmica do conflito, sendo acionado por diferentes governos como forma de distribuir responsabilidades pela violência da guerra (POAST, 2022). Nesse contexto, presenciamos engajamento há muito inaudito na Europa com pressupostos como zonas de influência e dilemas de segurança, a ponto de Stephen Walt (2022c) decretar o “retorno do realismo”: “Nós estamos de volta a um mundo em que o realismo oferece as melhores explicações, em que as grandes potências competem por poder e influência e em que os demais se adaptam da melhor forma possível”. Nessa perspectiva, reflexões sobre normas e interdependência econômica devem abrir espaço para as tradicionais preocupações com a geopolítica, capacidades materiais e distribuição de poder.

Ao contrário do diagnóstico apresentado por Walt (2022a, 2022b, 2022c), argumentamos que a compreensão das dinâmicas de conflito e das decisões recentes dos governos russo e ucraniano não pode prescindir da atenção às múltiplas conexões entre identidade e política externa no antigo espaço soviético. Em outras palavras, afirmações de que a guerra atual serve para suprimir debates sobre identidades e normas nos campos de análise de política externa e segurança não apenas reproduzem as limitações teóricas do realismo, exploradas há mais de trinta anos no

campo das RIs (ASHLEY, 1986), como avançam leituras pobres sobre a política internacional contemporânea. A vasta literatura acerca do papel do nacionalismo na política externa russa para o “exterior próximo” (LIGHT, 2003) e na “política externa multivetorial” da Ucrânia (MIELNICZUK, 2004) têm evidenciado que a dinâmica conflitiva da região se sustenta sobre formulações dos interesses estatais que se justificam a partir de referências contraditórias às nações eslavas (unidade e assimilação de um lado, autonomia e negação do outro).

A produção de narrativas e mitos sobre um passado comum é capaz de mobilizar diferentes grupos, ajuda a justificar ações do governo, mas também, como vimos com Wendt (1999), opera na própria definição dos interesses dos Estados. Ao abordar as diferentes visões acerca do legado de Kievan Rus, os significados do Tratado de Pereyaslav e as práticas educacionais na Ucrânia e na Rússia, este artigo apresenta também um estudo sobre política externa que acrescenta uma camada analítica ao arcabouço realista. Não buscamos negar de todo a relevância da balança de poder ou o dilema de segurança que prende russos e ucranianos em uma espiral trágica (MEARSHEIMER, 2014), mas mostramos como tentativas de moldar uma memória comum através de reinterpretações do passado que partem de demandas do presente guarda relação com a forma pela qual o conflito se desenvolveu.

No leste europeu, a promoção de historiografias antagônicas tem especial importância, pois muitos dos postulados em disputa operam na reivindicação de soberania sobre um mesmo espaço. Apesar de diferentes grupos étnicos-nacionais terem habitado o atual território da Ucrânia, o governo russo apontou em diferentes momentos que as regiões de Donbas e da Crimeia são historicamente parte das tradições culturais e políticas dos russos, alimentando receios de que poderia buscar uma reintegração no futuro (WILSON, 1995). Recentemente, Putin (2021, 2022) deu mais um passo nessa retórica e questionou a existência da própria identidade ucraniana, afirmando que esta é uma fabricação do período pós-soviético proporcionada por uma elite ocidentalizada e corrompida por interesses da OTAN e da UE.

Em resumo, ao representar um elemento importante no processo de formação da identidade nacional, a produção acadêmica acerca da história da Ucrânia e da Rússia traz uma dimensão relevante para a compreensão da dinâmica conflituosa que tem marcado a região. Por um lado, a invasão militar russa deu materialidade à insegurança ontológica percebida pela

elite política de Kiev desde a independência e que sustentou medidas de “des-sovietização”. Por outro, a construção do nacionalismo ucraniano a partir da diferenciação em relação à Rússia deu elementos para o discurso de Putin sobre a “desnazificação” do país vizinho. Deste modo, esperamos ter demonstrado que dinâmicas estruturantes de conflitos internacionais guardam estreita relação com políticas de cultura e educação e práticas diárias de (re)produção da memória coletiva.

THE “RETURN OF REALISM”? IDENTITY, NATIONALISM AND HISTORIOGRAPHICAL CONTROVERSIES IN RELATIONS BETWEEN UKRAINE AND RUSSIA

ABSTRACT

Despite the recurrence of nationalist discourses and the vast literature about the role of identities in foreign policy, the conflict between Russia and Ukraine was accompanied by the apparent revitalization of the realist theoretical instruments. From this perspective, by ignoring the balance of power and security dilemmas, liberals and constructivists would not only have lost explanatory capacity but also be responsible for producing political guidelines that would be among the immediate causes of conflicts. In this article, we argue that identities still have relevant implications for Russia's strategies for the “near abroad” and for Ukraine in its “multivector foreign policy”. Through the analysis of historiographical controversies about the peoples of the region and the examination of the instrumentalization of collective memory in discourses of political elites, we argue that the current dynamics of conflicts in the region are not detached from the narratives of assimilation and alterity between Russians and Ukrainians. Considering that historical narratives are guarantors of security practices and a constituent part of present political claims, we argue that the literature on geopolitical disputes in the former Soviet space cannot do without their analysis.

Keywords: Identity; Foreign policy; Historiographic controversies; Nationalism; Ukraine

REFERÊNCIAS

ASHLEY, R. The Poverty of Neorealism. In: KEOHANE, R. (ed.). **Neorealism and its critics**. New York: Columbia University Press, 1986. p. 255-300.

CAMPBELL, D. Time is broken: the return of the past In the response to September 11. **Theory & Event**, Baltimore, v. 5, n. 4, 2001.

CAMPBELL, D. **Writing security**: United States foreign policy and the politics of identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

CHOTINER, I. Vladimir Putin’s Revisionist History of Russia and Ukraine. **The New Yorker**, 23 fev. 2022 (2022a). Disponível em: <https://www.newyorker.com/news/q-and-a/vladimir-putins-revisionist-history-of-russia-and-ukraine>. Acesso em: 25 fev. 2022.

CHOTINER, I. Why John Mearsheimer Blames the U.S. for the Crisis in Ukraine. **The New Yorker**, 1 mar. 2022 (2022b). Disponível em: <https://www.newyorker.com/news/q-and-a/why-john-mearsheimer-blames-the-us-for-the-crisis-in-ukraine>. Acesso em: 10 mar. 2022.

DREZNER, D. Can realism explain the war in Ukraine? **The Washington Post**, 3 mar. 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/outlook/2022/03/03/can-realism-explain-war-ukraine>. Acesso em: 04 jul. 2022.

DIJKINK, G. **National Identity and Geopolitical Visions**: maps of pride and pain. London: Routledge, 1996.

FINNEMORE, M. **National Interests and International Society**. New York: Cornell University Press, 1996.

FRIEDMAN, J. Myth, History and Political Identity. **Cultural Anthropology, Arlington**, v. 7, n. 2, 1992, p. 194-210.

GADDIS, J. L. History, Grand Strategy and NATO Enlargement. **Survival**, Londres, v. 40, n. 1, 1998, p. 145-151.

GESSEN, K. The Orange and the Blue. **The New Yorker**, 21 fev. 2010.

Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2010/03/01/the-orange-and-the-blue>. Acesso em: 25 fev. 2022.

GUNITSKY, S. There's Plenty of Blame to Go Around on Ukraine: focusing on U.S. idealism ignores Russia's own agency. **Foreign Policy**, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2022/01/24/ukraine-us-russia-stephen-walt/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

GUZZINI, S. (org.). **The Return of Geopolitics in Europe?** Social Mechanisms and Foreign Policy Identity Crises. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HOPF, T. **Social construction of international politics: identities & foreign policies**, Moscow, 1955 and 1999. Ithaca: Cornell University Press, 2002.

JANMAAT, J. Ethnic and civic conceptions of the Nation in Ukraine's History Textbooks. **European Education**, [S. l.], v. 37, n. 3, 2005, p. 20-37.

JANMAAT, J. The 'Ethnic Other' in Ukrainian History Textbooks: the case of Russia and the Russians. **Compare: a Journal of Comparative Education**, Reino Unido, v. 37, n. 3, 2007, p. 307-324.

KEENAN, E. On certain mythical beliefs and Russian behaviors. In: STARR, S. F. (org.). **The Legacy of History in Russia and the New States of Eurasia**. Armonk, NY: M.E. Sharpe, p. 19-40, 2004.

KENNAN, G. A fateful error. **The New York Times**, 5 fev. 1997. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1997/02/05/opinion/a-fateful-error.html>. Acesso em 25 fev. 2022.

KIRYUKHIN, D. Roots and Features of Modern Ukrainian National identity and Nationalism. In: PIKULICKA-WILCZEWSKA A.; SAKWA, R. (org.). **Ukraine and Russia: people, politics, propaganda and perspectives**. Bristol: E-International Relations, p. 57-65, 2015.

KISSINGER, H. To settle the Ukraine crisis, start at the end". **The Washington Post**, 5 mar. 2014. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/henry-kissinger-to-settle-the-ukraine-crisis-start-at-the->

end/2014/03/05/46dad868-a496-11e3-8466-d34c451760b9_story.html. Acesso em: 25 fev. 2022.

KUBÁLKOVÁ, V. (ed.). **Foreign Policy in a Constructed World**. New York: M.E. Sharpe, 2001.

KURILLA, I. Rethinking the Revolutionary Past: how color revolutions have led to new interpretations of Russian History”. **PONARS Eurasia Policy Memo**, Washington, DC, v. 99, 2010. Disponível em: <https://www.ponarseurasia.org/rethinking-the-revolutionary-past-how-color-revolutions-have-led-to-new-interpretations-of-russian-history>. Acesso em: 25 fev. 2022.

KUZIO, T. Identity and Nation-building in Ukraine: defining the ‘Other’. **Ethnicities**, Bristol, v. 1, n. 3, 2001, p. 343-365.

KUZIO, T. History, Memory and Nation Building in the Post-Soviet Colonial Space. **Nationalities Papers**, Cambridge, v. 30, n. 2, 2002, p. 241-264.

KUZIO, T. Nation-Building, history writing and competition over the legacy of Kyiv Rus in Ukraine. **Nationalities Papers**, Cambridge, v. 33, n. 1, 2005, p. 29-58.

KUZIO, T. National Identity and History Writing in Ukraine. **Nationalities Papers**, Cambridge, v. 34, n. 4, 2006, p. 407-427.

KUZIO, T. **Crisis in Russian Studies? Nationalism (Imperialism), Racism and War**. Bristol: E-International Relations Publishing, 2020.

KUZIO, T. **Russian Nationalism and the Russian-Ukrainian War**. London: Routledge, 2022..

LARUELLE, M. The ‘Russian Idea’ on the Small Screen: staging national identity on Russia’s TV. **Demokratizatsiya: The Journal of Post-Soviet Democratization**, Washington, DC, v. 22, n. 2, 2014, p. 313-333.

LARUELLE, M. Is Nationalism a Force for Change in Russia? **Daedalus**, Massachussets, v. 146, n. 2, 2017, p. 89-100.

LEONE, M. Fact-checking Putin's claims that Ukraine and Russia are 'one people'. **Newscenter – University of Rochester**, 3 mar. 2022. Disponível em: <https://www.rochester.edu/newscenter/ukraine-history-fact-checking-putin-513812>. Acesso em: 15 mar. 2022.

LIGHT, M. In Search of An Identity: Russian Foreign Policy and The End of Ideology. **Journal of Communist Studies & Transitional Politics**, [S. l.], v. 19, n. 3, 2003, p. 42-59.

LIGHT, M. Foreign policy thinking. In: MALCOLM, N. et al (eds.). **Internal Factors in Russian Foreign Policy**. Oxford: Clarendon Press, p. 33-100, 1996.

MANDLEBAUM, M. Preserving the New Peace: The Case Against NATO Expansion. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, v. 74, n. 3, 1995, p. 9-23.

MEARSHEIMER, J. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault: the liberal delusions That Provoked Putin. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, v. 93, n. 5, 2014, p. 77-89.

MIELNICZUK, F. **A identidade como fonte de conflito: a relação entre Ucrânia e Rússia no pós-Guerra Fria**. 2004. Dissertação (Mestrado) - IRI/PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2004.

MOLCHANOV, M. Russia as Ukraine's 'Other': identity and geopolitics. In: PIKULICKA-WILCZEWSKA, A; SAKWA, R. (orgs.). **Ukraine and Russia: people, politics, propaganda and perspectives**. Bristol: E-International Relations, 2015. p. 195-210.

NYE Jr., J. Realism About Foreign-Policy Realism. **Project Syndicate**, 2 fev. 2022. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/ukraine-and-limits-of-foreign-policy-realism-by-joseph-s-nye-2022-02>. Acesso em: 04 jul 2022.

PLOKHY, S. **Ukraine and Russia: representations of the past**. Toronto: University of Toronto Press, 2014.

POAST, P. A World of Power and Fear. **Foreign Policy**, 15 jun. 2022. Dis-

ponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/ukraine/2022-06-15/world-power-and-fear>. Acesso em: 05 jul. 2022.

PRIZEL, I. **National Identity and Foreign Policy**: nationalism and leadership in Poland, Russia and Ukraine. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

PUTIN, V. On the Historical Unity of Russians and Ukrainians. **The Kremlin**, 12 jul. 2021. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181>. Acesso em: 03 mar. 2022.

PUTIN, V. Address by the President of the Russian Federation. **The Kremlin**, 21 fev. 2022. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67828>. Acesso em: 03 mar. 2022.

RIABCHUK, M. Ukrainians as Russia’s negative ‘other’: history comes full circle. **Communist and Post-Communist Studies**, Califórnia, v. 49, n. 1, 2016, p. 75-85.

ROBERTS, K. Understanding Putin: the politics of identity and geopolitics in Russian foreign policy discourse. **International Journal: Canada’s Journal of Global Policy Analysis**, Canadá, v. 72, n. 1, 2017, p. 28-55.

ROTARU, V. Forced Attraction? How Russia is instrumentalizing its soft power sources in the ‘Near Abroad’. **Problems of Post-Communism**, [S. l.], v. 65, n. 1, 2018, p. 37-48.

RUSSIA. On Violations of the Rights of Russian Citizens and Fellow Citizens in Foreign Countries. **Relatório do Ministério de Relações Exteriores da Federação Russa**. Moscou, 2022. Disponível em: https://mid.ru/en/foreign_policy/humanitarian_cooperation/1815559. Acesso em: 04 jul. 2022.

SMITH, J. The NATO Critics Who Predicted Russia’s Belligerence. **The New Republic**, 3 mar. 2022. Disponível em: <https://newrepublic.com/article/165562/nato-critics-predicted-russia-putin-belligerence-ukraine>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SRIBNIAK, O. Native Others: what implications does the law on Indig-

enous Peoples Have for Ukraine's Indigenous Population? **European Centre for Minority Issues**, 18 nov. 2021. Disponível em: <https://www.ecmi.de/infochannel/detail/ecmi-minorities-blognative-others-what-implications-does-the-law-on-indigenous-peoples-have-for-ukraines-indigenous-population>. Acesso em: 14 mar. 2022.

WALT, S. An International Relations Theory Guide to Ukraine's War. **Foreign Policy**, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2022/03/08/an-international-relations-theory-guide-to-ukraines-war>. Acesso em: 09 mar. 2022.

WALT, S. The United States and Europe Are Sleepwalking Into War With Russia in Ukraine. **Foreign Policy**, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2022/02/23/united-states-europe-war-russia-ukraine-sleepwalking>. Acesso em: 09 mar. 2022.

WALT, S. Putin's Ukraine War Is the Return of Realism and the End of Unipolarity. **Foreign Policy**, 13 abr. 2022. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2022/04/13/ukraine-war-realism-great-powers-unipolarity>. Acesso em: 05 jul. 2022.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

WANNER, C. Educational practices and the making of national identity in Post-Soviet Ukraine. **Anthropology of East Europe Review**, Indiana, v. 13, n. 2, 1995, p. 8-17.

WENDT, A. Anarchy is What States Make of It: the social construction of power politics. **International Organization**, Cambridge, v. 46, n. 2, 1992, p. 391-425.

WENDT, A. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WILLIAMS, M; NEUMANN, I. From alliance to security community: NATO, Russia, and the power of identity. **Millennium: Journal of International Studies**, Londres, v. 29, n. 2, 2000, p. 357-387.

WILSON, A. The Donbas between Ukraine and Russia: the use of history in political disputes. **Journal of Contemporary History**, Califórnia, v. 30, n. 2, 1995, p. 265-289.

WILSON, A. **The Ukrainians**: unexpected nation. New Haven: Yale University Press, 2000.

ZELENSKY, V. Zelensky makes appeal to Russian citizens. **CNN**, 24 fev. 2022. Disponível em: <https://edition.cnn.com/videos/world/2022/02/24/zelensky-ukraine-any-minute-russia-incursion-ac360-response-vpx.cnn..> Acesso em: 03 mar. 2022.

*** Recebido em 28 de setembro de 2023, e aprovado para publicação em 20 de dezembro de 2023.**